

trazeiras e 150 dianteiras. Se V. Exa. verificar as carteiras verá que realmente não valem 4.981,00, ou seja, 16 mil cruzeiros o conjunto. O que me causou estranheza foi que o Estado tem a Comissão Central de Compras, que qualquer compra tem que ser enviada a esse órgão, para abrir a concorrência, mas não tomou conhecimento porque, como explicaram, o Fundo tem verbas próprias.

A Sra. Conceição da Costa Neves — V. Exa. permite um aparte?

O SR. MURILLO SOUSA REIS — Como poderia eu penetrar nesse mistério, nesse silêncio que envolve todas essas concorrências se não sou diretor do Fundo, não sou da Secretaria? Não posso saber se a concorrência se processou decentemente.

A Sra. Conceição da Costa Neves — V. Exa. permite um aparte, nesta altura do seu discurso?

O SR. MURILLO SOUSA REIS — Eu darei o aparte, mas como tenho outros assuntos a tratar, desta tribuna, pediria que os apartes fossem rápidos. Pediria licença a V. Exa., para antes, nobre deputada Conceição da Costa Neves, conceder o aparte ao nobre deputado Blota Júnior.

O Sr. Blota Júnior — Nobre deputado, quando pedi o aparte, V. Exa. se reportava à concorrência do livro. Não posso penetrar, tanto quanto V. Exa., nos íntimos aspectos dessa concorrência. Entretanto, como foi citado nominalmente o editor José Barros Martins e, anteriormente, havia sido citado o editor Fitipaldi, elemento sabidamente ligado à corrente do Governador, gostaria de me reportar à discussão feita pelo vereador Italo Fitipaldi na Câmara Municipal, para explicar que esta concorrência para compra de livros se estabeleceu para prover os Institutos de Educação de uma biblioteca, cada um deles. Todas as editoras de São Paulo, legalmente inscritas e registradas na Câmara Brasileira do Livro, foram convidadas a oferecer as suas obras. Todas as editoras que ofereceram suas obras tiveram suas obras escolhidas e compradas. As que não tiveram foi porque recusaram na concorrência de vez que o dólar foi de 475 cruzeiros para 620 cruzeiros e para não perder dinheiro determinadas editoras que tinham obras recentes, recusaram. As outras, inclusive a Editora das Américas, do Sr. Italo Fitipaldi, que atua há mais de 50 anos em nossa Capital, a editora do Sr. Barros Martins, a Rede do Livro e outras, ao todo seis, tiveram suas obras compradas. Eu elucido para que não paire nenhuma dúvida neste plenário — mesmo que se refere a essas editoras constituídas legalmente, inclusive do Sr. Italo Fitipaldi, a do Sr. Barros Martins — que esta oferta de livros e a compra de livros de alto gabarito deveu-se ao fato de serem obras realmente boas. Com isto quero deixar claro no meu aparte ao discurso de V. Exa., para que não paire dúvida quanto à lisura dos que concorreram, sem cartas marcadas, conforme afirmou V. Exa., a uma concorrência na Secretaria da Educação.

O SR. MURILLO SOUSA REIS — O que me preocupa não é a concorrência destas firmas que me merecem confiança. O que me preocupa é a coincidência da compra de 3.000 livros do próprio Diretor do Departamento que dirige as concorrências. Isto é o que me preocupa. Mas não é só a questão dos livros que estamos tratando. É a compra de carteiras e tudo aquilo que reveste a Secretaria da Educação... Já foi dito através de uma linha telefônica do Canal 7, na Televisão, que o ex-Chefe da Casa Civil do Sr. Governador abandonou o cargo porque não pôde compactuar com as banalidades do Governador Ademar de Barros. É isto, nobre deputado Blota Júnior, são estas coisas que estão acontecendo.

A Sra. Conceição da Costa Neves — V. Exa. concede um aparte?

O SR. MURILLO SOUSA REIS — Mas não há dúvida nenhuma de que está se desviando dinheiro na Secretaria da Educação: é para escolas particulares, é para compra de livros, e V. Exa. acaba de admitir que foi feita concorrência e várias firmas se habilitaram, mas também sei que quem ganhou foi o próprio Diretor do Fundo Escolar. Isto é imoral. Poderia recorrer o Sr. Manuel Rodrigues Ferreira ao órgão oficial, a Comissão Central de Compras do Estado, órgão que faz as concorrências, órgão que compra e que examina o produto comprado.

Tem o aparte a nobre deputada Conceição da Costa Neves.

A Sra. Conceição da Costa Neves — O que há nisso, e realmente grave, é que a escola pública em São Paulo, em número muito grande de estabelecimentos, passa pela mais extrema miséria. V. Exa. sabe que não há em muitos estabelecimentos escolares do Estado, gis par., as crianças... Não há realmente o atendimento necessário à criança que vai à escola pública. Além desta aparente — eu digo aparente porque precisamos saber com segurança — imoralidade que se nos apresenta à primeira vista, do próprio Diretor vencer a concorrência de um livro seu e que essa concorrência foi pelo Fundo de Construção Escolar...

O SR. MURILLO SOUSA REIS — Claro.

A Sra. Conceição da Costa Neves — ... o que não poderia ser. Então V. Exa. não percebeu, ainda, onde está a maroteira de tudo isso? É que o Fundo, pela sua própria organização, foge à prestação de contas ao Tribunal. E é por isso que fazem toda essa maroteira com o dinheiro do Fundo de Construção Escolar. Porque o Tribunal não vai fiscalizar, e se o Tribunal não vai fiscalizar, nós também não. Ai é que está a maroteira, ai é que está o crime, ai é que está a imoralidade: é que o Fundo tem uma função específica.

O Sr. Presidente — (Faz soar a campainha)

A Sra. Conceição da Costa Neves — V. Exa. me permite prosseguir? (Assentimento do orador) E eles estão fugindo do estabelecido em lei, para fazer essa maroteira. E V. Exa., que trouxe o caso das carteiras, deveria indagar de nossos ilustres companheiros, componentes do Partido Social Progressista, se todas as carteiras já foram entregues e se o pagamento todo já foi efetuado. Ai fica uma pergunta para o Presidente da Comissão de Educação, que vai indicar uma sub-comissão daquela Comissão para ter entendimentos com o Sr. Secretário da Educação: indagar se quanto às carteiras a importância toda já foi paga. São as indagações que todos nós precisamos fazer e obter a resposta.

Os Srs. José Luriz Sabiá e Raul Schwinden — V. Exa. permite um aparte?

O SR. MURILLO SOUSA REIS — Enquanto tudo isso acontece, na Secretaria da Educação, o Centro do Professorado Paulista manda um ofício de solidariedade ao Secretário da Educação. O órgão que representa o professorado de São Paulo envia um ofício, Srs. deputados, de solidariedade a esse cidadão que está furtando o dinheiro do povo de São Paulo, através da Secretaria da Educação. Mas, o dinheiro parece que não é só pela Secretaria da Educação que some...

O ofício está vazado nos seguintes termos: "O Departamento de Secretários do Centro do Professorado Paulista, órgãos representativo da classe de secretário do Ensino Secundário e Normal Oficial do Estado de São Paulo sente-se no indeclinável dever de vir manifestar a V. Exa. o testemunho de sua solidariedade, repelindo com energia e serenidade todas as intrigas e difamações organizadas que se vêm disfarçadamente, movendo contra a sua autoridade de Secretário de Estado e de Sacerdote da Igreja Católica, campanha que visa desmoralizar o Governo do Estado e a própria Igreja.

Repelindo essa campanha maldosa e maléfica, encetada nessa hora incerta para São Paulo e para o Brasil, que precisa de paz e tranquilidade para atingir os seus altos destinos, este Departamento interpretando o sentir de todos os secretários do ensino médio oficial do Estado, renova a expressão de sua solidariedade e se coloca ao lado de V. Exa. na obra educacional que vem realizando para reerguimento do ensino paulista e para que possa o Governo do Estado de São Paulo atingir seus nobres e altos ideais".

Vejo outra notícia, no mesmo Diário dos Campos Elísios, vazada nos seguintes termos:

"Arcebispo de Curitiba nos Campos Elísios.

O Governador Ademar de Barros recebeu, ontem, a visita do Arcebispo de Curitiba, Dom Orlando Chaves, que foi agradecer ao Chefe do Executivo a oferta que fez de colaboração às escolas de agricultura, profissionais e radiofônicas, mantidas pela Arquidiocese".

O Sr. Raul Schwinden — V. Exa. permite um aparte, nobre deputado Murillo Sousa Reis?

O SR. MURILLO SOUSA REIS — Tem V. Exa. o aparte, nobre deputado Raul Schwinden.

O Sr. Raul Schwinden — Nobre deputado Murillo Sousa Reis, essa publicação do "Diário Oficial" refere-se a um funcionário do Gabinete do Sr. Secretário da Educação. Esse funcionário, que é secretário de um estabelecimento oficial e também secretário de uma escola particular, está no Gabinete do Sr. Secretário da Educação. Acredito que tenha sido coagido a prestar essa informação, que não representa, realmente, o pensamento dos secretários dos estabelecimentos oficiais de ensino. O Centro do Professorado Paulista, de que sou sócio, já publicou um manifesto repudiando os convênios e mostrando que com essa verba de 3 bilhões de cruzeiros o Estado daria assistência a todas as crianças em idade escolar. De modo que essa publicação teria sido feita mediante coação do Sr. Secretário da Educação, em relação a um pobre funcionário do seu Gabinete, que foi obrigado a publicar isso. Ela não representa o pensamento do Centro do Professorado Paulista, que conhece de perto as deficiências de nossas escolas.

O SR. MURILLO SOUSA REIS — Agradeço o aparte de V. Exa. que vem fortalecer a confiança que deposito no Centro do Professorado Paulista, que, realmente, é o órgão que representa os professores de São Paulo.

V. Exa. traz uma grande contribuição ao meu discurso, pois tal no-

ficia parecia suspeita. E, agora V. Exa. confessa que não representa realmente a expressão da verdade isto que aqui está no "Diário Oficial", que não foi enviado pelo Centro do Professorado Paulista, mas que sei por um secretário desta organização. Agradeço a V. Exa. esta dúvida. Enquanto isto sucede, a Câmara Municipal de São Paulo, através do projeto de lei n.º 23.63, de autoria do nobre vereador Reinaldo Canto Pereira, pretende dar um título de cidadão paulistano ao Sr. Baleeiro, Secretário da Educação. Eu lanço um apelo aos nobres vereadores, que sei que na sua maioria são homens dignos, homens honrados, homens que têm sabido com orgulho e altivez desempenhar os seus mandatos. Apelo a S. Exas. Se S. Exa. o autor do projeto não conhece o Secretário da Educação, convoque o deputado que ora ocupa a tribuna que irei provar com documentos insofismáveis. S. Exa. não tem um passado recomendável para isso.

O SR. PRESIDENTE — Comunico ao nobre orador que resta um minuto para o término do seu tempo regimental.

O SR. MURILLO SOUSA REIS — Sr. Presidente, tenho recebido muitas cartas do interior falando sobre esta campanha que se desenvolve contra o Secretário da Educação com uma única finalidade, a de que este homem deva ser afastado, e que em seu lugar seja designado um homem competente, um técnico no assunto.

Recebi há dias uma carta, datada de 14 do corrente, em que o missionário também hipoteca solidariedade a esta campanha. Diz a carta:

"Prezado Deputado,

Não pude ceder ao impulso de dirigir-lhe a presente, após acompanhar os debates na Egrégia Câmara dos Deputados esta tarde, e o faço para apresentar a V. Exa. os melhores e mais reconhecidos protestos de congratulação pelo extraordinário trabalho e destemida atuação de V. Exa. na Assembléia Legislativa de São Paulo.

Saiba V. Exa., que suas palavras e a luta que vem sustentando encontram eco nas mentes e no coração de homens e mulheres decentes desta terra, que desejam implantar um sistema de vida que honre e dignifique a este mesmo laborioso povo paulista, ultimamente ultrajado e desonrado pela sanha de políticos corruptos, cínicos e indignos, postados à alta administração de nosso Estado.

Prossiga, nobre Deputado, que a luta é árdua e exige bravura, mas o objetivo visado é claro e altaneiro.

Continuarei vibrando com V. Exa., e às vezes, na própria assistência do Plenário da Câmara anonimamente, silenciosamente, estarei participando dos trabalhos.

Deus encoraje e proteja a V. Exa.

O humilde admirador

Paulo B. de Aquino."

O SR. PRESIDENTE — Comunico ao nobre orador que resta um minuto para o término do seu tempo regimental.

O SR. MURILLO SOUSA REIS — Obrigado a V. Exa.

Sr. Presidente, Srs. deputados, hoje levamos ao conhecimento desta Casa, desta tribuna, o caso da concorrência pública instituída na Secretaria da Educação, através do Fundo Escolar.

Trata-se de uma situação irregular. Sabemos, mas não podemos provar-la porque não temos livre acesso aos documentos e à forma como se processa essa concorrência pública.

Em virtude da escassez de tempo, voltarei em outra oportunidade a esta tribuna e já com novos documentos referentes ao assunto.

A carta a que me referi no início do meu discurso está assim redigida: São Paulo, 16 de agosto de 1963.

Exmo. Sr. Deputado Murillo Souza Reis — Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo — São Paulo.

Prezado Deputado. Com referência ao discurso pronunciado por V. Exa. a 14 do corrente, na Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, e saúdo o grau de justiça que norteia a atividade parlamentar de V. Exa., tomamos a liberdade de dirigir-lhe a presente, com o fito de lhe prestar alguns esclarecimentos sobre a concorrência pública para a aquisição de livros, efetuada pela Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, especialmente no que concerne à participação desta Editora.

Isto fazemos certos de que, ao tomar conhecimento da presente, V. Exa., procederá ao reexame das informações inexatas que lhe foram transmitidas, restabelecendo a inteira verdade dos fatos.

1. — Esta Editora participou de uma concorrência pública efetuada pela Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, para aquisição de livros destinados às bibliotecas dos estabelecimentos oficiais de ensino de nível médio.

2. — Como deve ser do conhecimento de V. Exa., a existência de bibliotecas nos estabelecimentos de ensino é obrigatória, por imposição de lei federal. O cumprimento exato dessa lei, aliás, é antiga reivindicação dos editores brasileiros.

3. — Da lista anexa ao edital de concorrência constavam 71 (setenta e um) obras, das quais 11 (onze) editadas por esta firma. As outras 60 (sessenta) obras pertenciam a 5 (cinco) outras editoras, que também participaram da concorrência e a venceram.

4. — Segundo fomos informados pelo órgão técnico da Secretaria da Educação, no caso o Departamento de Educação, esta seria a primeira concorrência destinada a dotar os estabelecimentos de ensino de nível médio de bibliotecas que pudessem proporcionar, tanto a alunos como a professores uma fonte permanente de consultas, complementando, dessa forma, os ensinamentos do currículo. Outras concorrências seguir-se-ão, à medida que for sendo completada a seleção de obras feita por esse órgão técnico, com base nos catálogos das editoras do país.

5. — Quanto ao mérito literário das obras adquiridas desta firma abstemo-nos de fazer comentários, pois elegio em boca própria, já diz o brocardo, é vituperio. Limitamo-nos a transcrever o seguinte tópico, extraído da Revista Vozes n.º 6, do corrente ano, pp. 478 e 479: "Tanto quanto sabemos de sua programação, merece a Editora das Américas o apoio católico. Dá-nos uma das melhores seleções. Preocupa-se em realizar trabalho sério, que contribua realmente para a elevação do nosso povo. Raros exemplos encontramos, de igual persistência numa linha nobre editorial, de consciência plena da responsabilidade do prelo. Essa revista, da Editora Vozes de Petrópolis, como sabe V. Exa., representa o pensamento oficioso da Igreja Católica e notabiliza-se pela crítica de alto nível de todas as obras literárias lançadas no país.

6. — Num País como o nosso, nobre deputado, a missão do editor é altamente civilizadora e deve merecer, por parte dos poderes governamentais, apoio incondicional e irrestrito. O Diretor-Presidente desta firma, Savério Fitipaldi, dedica-se há 57 (cinquenta e sete) anos ao nobre mister de editar livros. E toda uma vida pontilhada de sacrifícios, renúncias e lutas, consagrada à difusão cultural. Num instante em que o País se esforça por abrir novos caminhos em direção à sua definitiva emancipação, de maior importância se reveste o trabalho do editor, sobre cujos ombros recai a responsabilidade de prover as necessidades culturais do povo.

No ano de 1956, ao completar cinquenta anos de atividade editorial, foi o Sr. Savério Fitipaldi homenageado por essa Egrégia Assembléia Legislativa, como também pela Câmara Municipal de São Paulo. Nessa oportunidade, renderam essas duas Casas de leis sua homenagem consagrada ao homem que comemorava seu jubileu editorial, ao homem que, através da publicação de mais de mil obras, vinha dando ao País uma contribuição cultural imensa.

Estes são, nobre deputado Murillo Sousa Reis, os esclarecimentos que lhe podemos prestar com relação à mencionada concorrência pública e, de modo especial, à participação desta firma. Temos absoluta convicção de que, com seu alto espírito de discernimento, saberá V. Exa. proceder à retificação que se faz de justiça. Sem outro particular, colocamo-nos à inteira disposição de V. Exa. para quaisquer outros esclarecimentos e firmamo-nos

cordialmente

Editora das Américas S.A. — EDAMERIS

(a) Mario Fitipaldi — Diretor-Superintendente

O SR. ARRUDA CASTANHO (Para reclamação) — Sem revisão do orador — Sr. Presidente, ontem o nobre deputado Chopin Tavares de Lima exibiu a esta Casa um recorte do "Diário Oficial" pago com nosso dinheiro, dinheiro do povo, onde havia ofensa à dignidade dos nobres deputados Chopin Tavares de Lima e Murillo Sousa Reis. Eu me recordo, ao mesmo tempo, que verificando os Anais ontem na minha casa, numa noite de insônia, que V. Exa., quando deputado a esta Casa e não Presidente, reclamou aqui do uso abusivo do governo de então, Sr. Carlos Alberto Alves de Carvalho Pinto, no "Diário Oficial", para propaganda oficial de assuntos de política-partidária. V. Exa., nobre deputado Ciro Albuquerque levantou uma questão de ordem e reclamou contra a prática, contra essa prática que V. Exa. naquela época achava abusiva, achava, inclusive, prátiva que vinha ferir os brios da Assembléia Legislativa, gastar o dinheiro do povo.

Ontem, Sr. Presidente, levantamos aqui uma questão de ordem, uma reclamação a V. Exa., achando que não se pode usar o "Diário Oficial" para comunicados de chefes de serviço, para se ofender a dignidade de nossos colegas. Respostamos o que V. Exa., nobre deputado Ciro Albuquerque, fez no passado, quando Governador do Estado o Sr. Carlos Alberto de Carvalho Pinto. E, na minha questão de ordem, eu pedia a V. Exa. se entendesse com os líderes de bancadas para que houvesse um repúdio às assacalilhas feitas através do "Diário Oficial" por esse diretor, que dizia que o nobre deputado Chopin Tavares de Lima era um mentiroso.